

Alerta Legislação nº 29, de 17 a 22 jul. 2017

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **DECRETO Nº 9.101, DE 20 DE JULHO DE 2017**

Altera o [Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004](#), e o [Decreto nº 6.573, de 19 de setembro de 2008](#), que reduzem as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool.

■ **DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017**

Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

■ **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.717, DE 17 DE JULHO DE 2017**

Estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
21/07/2017	<u>DECRETO Nº 9.101, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004 , e o Decreto nº 6.573, de 19 de setembro de 2008 , que reduzem as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool.
20/07/2017	<u>DECRETO Nº 9.100, DE 19 DE JULHO 2017</u> Promulga o Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, firmado pela República Federativa do Brasil, em Lisboa, em 2 de novembro de 2007.
19/07/2017	<u>DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

	<u>DECRETO Nº 9.098, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 8.929, de 9 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 9.097, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2356 (2017), de 2 de junho de 2017, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reforça o regime de sanções aplicável à República Popular Democrática da Coreia. <u>DECRETO Nº 9.096, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Promulga o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública, firmado em Montevideu, em 30 de maio de 2011.
18/07/2017	<u>DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Estabelecer os procedimentos técnico-administrativos para licenciamento de importação de agrotóxicos, produtos técnicos e afins. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Técnico da Batata, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação do produto. (...) <u>PORTARIA Nº 1.577, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Publicar os preços mínimos para as culturas de verão, regionais e sementes, válidos para a safra 2017/2018 e 2018, e para os produtos extrativos da safra 2017, relacionados nos Anexos I a III desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio dos Votos 55 e 56/2017 - CMN, de 29 de junho de 2017. (...)

Ministério da Educação	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 139, DE 13 DE JULHO DE 2017</u> Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, que regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Altera dispositivos da Resolução CD/FNDE no 5, de 25 de outubro de 2016, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que regulamenta a política educacional Programa Novo Mais Educação - PNME. <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 13 DE JULHO DE 2017</u> Amplia o prazo para que os entes federados prestem contas da utilização dos recursos financeiros recebidos na edição 2014 do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, nas modalidades Projovem Urbano ou Projovem Campo - Saberes da Terra.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) – Procuradoria-Geral (PGBC) <u>PORTARIA Nº 94.301, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece procedimentos e alçadas para parcelamento de créditos do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD), instituído pela Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) – Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 38, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.719, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a tributação relacionada às operações de aporte de capital de que trata o art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.718, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.717, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento

	e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.918, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação de insumos biológicos, bem como a suspensão das atividades de comercialização, distribuição e uso de todos os insumos alimentícios e farmacêuticos fabricados pela empresa Idealfarma Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda (CNPJ : 05.153.990/0001-11), estabelecida à Rua R-09, S/N, Quadra 13C, Módulos 07 e 08, Distrito Agroindustrial de Anapólis, GO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.917, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º determinar como medida de interesse sanitário, a suspensão da importação e distribuição para território brasileiro, de todos os lotes de produtos hemoderivados nas apresentações registradas, fabricados por LFB Biomedicaments, situado no endereço 59, Rue de Trévisé, 59000, Lille, França. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.915, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote RJ0874 (Validade 01/2019) do medicamento Lexotan (bromazepam), comprimidos, 3mg fabricado por Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A (CNPJ: 33.009.945/0001-23). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.914, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição de toda a publicidade de produtos comercializados pelo endereço eletrônico http://www.harpsaudetotal. com que apresente alegação terapêutica, tendo em vista a ausência de registros sanitários e Autorização de Funcionamento, ambos cancelados pela ANVISA, para a venda de medicamentos. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.908, DE 14 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º determinar como medida de interesse sanitário, a suspensão da importação para território brasileiro, de todos os insumos farmacêuticos ativos fabricados pela Kores (India) limited situado no endereço Plot nº 58/1, 58/2, 59A, 65A, 65B, 65C & 66ª M.I.D.C Industrial area Dhatav, District Raigad, IN-402 116, Roha, Maharashtra, India. (...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.907, DE 14 DE JULHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes A4NI51202 (Fab 02/2015) e A4NI50503 (Fab 03/2015), do produto saneante ÁLCOOL 46,2º INPM NEUTRO, marca TUPI, fabricado por CALLAMARYS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA (CNPJ: 01.932.232/0001-40).

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.906, DE 14 DE JULHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes fabricados antes de 03/07/2017 que apresentem a indicação de uso em hemodiálise do produto saneante PEROXIDE P35, fabricado por Bell Type Industries Ltda (CNPJ: 00.984.436/0001-62).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.905, DE 14 DE JULHO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes fabricados antes de 03/07/2017 que apresentem a indicação de uso em hemodiálise do produto saneante PEROXIDE P35, fabricado por Bell Type Industries Ltda (CNPJ: 00.984.436/0001-62).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.904, DE 14 DE JULHO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, comercialização e uso, em todo o território nacional, de todos os lotes do SUPLEMENTO DE VITAMINA C À BASE DE ACEROLA COM EXTRATO DE CACTACEAE Hylocereus undatus da marca CACTINEA, fabricante desconhecido e distribuído ou comercializado pelas empresas NUTREO COMÉRCIO PRODUTOS HOMEPÁTICOS EIRELI (CNPJ 19.397.536/0001-10) - sito à Avenida Presidente Castelo Branco, 5487 loja 11 e B G COMÉRCIO EIRELI (CNPJ 17.184.096/0001-98) - sito à Av. Bernardo Vieira de Melo, 5293, loja 16 em Jaboatão dos Guararapes/PE, especialmente por meio dos sítios eletrônicos www.nutreo.com.br, www.cactinea.com e www.cactinea.com.br.

(...)

– **Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária**

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.922, DE 19 DE JULHO DE 2017

(...)

Art.1º Suspender Cautelamente, como medida de interesse sanitário, os Registros de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais das marcas de cigarros fabricadas pela empresa BELLAVANA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE TABACOS LTDA., conforme o Anexo, em virtude do cancelamento do Registro Especial de Fabricante de Cigarros junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 49, de

	19 de julho de 2017, publicado no D.O.U. nº 138, em 20 de julho de 2017, Seção 1, página 39. (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Espondilite Ancilosante. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Artrite Psoriaca. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº 25, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso da alfatilglicerase para uso pediátrico na Doença de Gaucher no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 488, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre o distrato dos contratos de beneficiários de unidades habitacionais produzidas com recursos provenientes da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH) <u>PORTARIA Nº 486, DE 12 DE JULHO DE 2017</u> Divulga seleção complementar ao valor de operação de projetos apresentados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 690, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de junho de 2017
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 205, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º O art. 1º da Portaria Inmetro n.º 269/2015 passa a vigor com a seguinte redação: "Art. 1º A partir de 01 de julho de 2018, ficará proibida a utilização da cadeira de transbordo para embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, na fabricação de veículos acessíveis, de características rodoviárias, destinados ao transporte coletivo de passageiros." (N.R.) (...)

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 234, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.
Ministério do Turismo (MTur)	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) <u>PORTARIA Nº 72, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Institui e regulamenta o Sistema de Controle de Inscrições em Eventos (SCIE).
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece os valores de cobrança da Tarifa de Expedição das Autorizações Especiais de Trânsito - TAET.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/07/2017	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.302, DE 21 DE JULHO DE 2017</u> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.118, de 1º de junho de 2010 , que dispõe sobre o Plano de Cargos e das Carreiras dos Servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, e dá outras providências <u>LEI Nº 16.501, DE 21 DE JULHO DE 2017</u> Cria cargos de Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico) no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências <u>LEI Nº 16.499, DE 21 DE JULHO DE 2017</u> Autoriza a participação da São Paulo Previdência – SPPREV em Fundo de Investimento Imobiliário e dá outras providências <u>DECRETO Nº 62.712, DE 21 DE JULHO DE 2017</u> Extingue, na Casa Civil, do Gabinete do Governador, os Escritórios Regionais – ERs que especifica e dá providências correlatas
21/07/2017	<u>DECRETO Nº 62.711, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 61.492, de 17 de setembro de 2015 , que institui procedimento para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, encaminhadas pela iniciativa privada mediante provocação do Poder Público e dá providências correlatas

	<u>DECRETO Nº 62.710, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Dá nova redação e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (*) <i>(*) Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>
20/07/2017	<u>DECRETO Nº 62.709, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Institui o Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS no Estado de São Paulo, para a liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS <u>DECRETO Nº 62.708, DE 19 DE JULHO DE 2017</u> Regulamenta o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD 2017, a que se refere a Lei 16.498, de 18 de julho de 2017
19/07/2017	<u>LEI Nº 16.498, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Altera a Lei nº 13.457, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário decorrente de lançamento de ofício, e a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD. <u>LEI Nº 16.497, DE 18 DE JULHO DE 2017</u> Altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 253, DE 2017 (...) De minha iniciativa, a proposição altera a Lei nº 13.457, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário decorrente de lançamento de ofício, a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e institui o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD. (...) DOE, Seção I, 19/07/2017, p. 4

18/07/2017	<u>DECRETO Nº 62.702, DE 17 DE JULHO DE 2017</u> Institui o Conselho da Advocacia da Administração Pública Estadual
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 95, DE 17-7-2017</u> Revoga o artigo 2º e incisos, da Resolução SAP - 42, de 07-04-2017, que reeditou e modificou a Resolução SAP - 54, de 22-4-2013, que reeditou e modificou a Resolução SAP - 78, de 18-04-2012, a qual reeditou com alteração, as Resoluções SAP - 159, de 16-07-2010 e SAP - 202, de 09-09-2010 (Uniformes dos Agentes de Segurança Penitenciária)
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-9, DE 19-7-2017</u> Dispõe sobre a fixação de metas para os indicadores da Secretaria da Segurança Pública, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados - BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.245-2014 , no exercício de 2016
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 32, DE 17-7-2017</u> Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE-3, DE 20-7-2017</u> Disciplina os procedimentos administrativos necessários à liquidação de débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos termos do Decreto 62.709, de 19-07-2017 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE-2, DE 20-7-2017</u> Disciplina os procedimentos administrativos necessários ao recolhimento no âmbito do Programa de Parcelamento de Débitos - PPD 2017, nos termos do Decreto 62.708, de 19-07-2017 <u>RESOLUÇÃO SF 64, DE 17-07-2017</u> Dispõe sobre a instituição de Comissão de Especificação e Mensuração de Atividades vinculado ao Gabinete do Secretário para criação, revisão e uniformização de indicadores como base à introdução e à expansão do regime de teletrabaho

Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA – Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-7.383, DE 19-7-2017</u> Estabelece normas relativas ao uso de aeromodelos e demais veículos aéreos não tripulados na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira - CUASO
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
19/07/2017	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 20/2017</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que em decorrência de decisão tomada pelo E. Tribunal Pleno, no processo TC-1910/006/14, em sessão de 28 de junho de 2017, todas as Prefeituras Municipais sujeitas à fiscalização desta Corte deverão prestar as informações atinentes às medidas adotadas em relação à assunção dos serviços de iluminação pública, antes de responsabilidade das empresas de distribuição de energia elétrica na forma prevista na Resolução Normativa nº 414, de 2010 da ANEEL. Tais informações deverão ser prestadas, até o próximo dia 04 de agosto, com o preenchimento do questionário disponível no endereço www.tce.sp.gov.br/CIP . Quaisquer dúvidas serão resolvidas pelo telefone (11) 3292.4321 – Central de Atendimento do TCESP. SDG, em 18 de julho de 2017. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 19/07/2017, p. 10
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
22/07/2017	DECRETO Nº 57.792, DE 21 DE JULHO DE 2017 Regulamenta o artigo 7º da Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015 , que instituiu o Conselho do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. D.O. Cidade de São Paulo, 22/07/2017, p. 1
21/07/2017	<u>DECRETO Nº 57.789, DE 20 DE JULHO DE 2017</u> Divulga os novos valores das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação - QPE, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 6º da Lei nº 16.275, de 2 de outubro de 2015 .

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107